

650.º ANIVERSÁRIO DA ALIANÇA LUSO-BRITÂNICA

650TH ANNIVERSARY OF THE ANGLO-PORTUGUESE ALLIANCE

COORDENADORES CIENTÍFICOS

ALEXANDRA M. RODRIGUES ARAÚJO / JOÃO SÉRGIO RIBEIRO
MARCO CARVALHO GONÇALVES / MÁRIO FERREIRA MONTE

AIRES GOMES FERNANDES
ALEXANDRA M. RODRIGUES ARAÚJO
ANTÓNIO TAVARES
CARLOS MARQUES DE ALMEIDA
EVANTHIA BALLA
FERNANDO CONDE MONTEIRO
GABRIELA GÂNDARA TERENAS
IVONE MOREIRA
JOÃO CARLOS ESPADA
JOÃO PEREIRA COUTINHO

JOÃO SÉRGIO RIBEIRO
JOSÉ AUGUSTO FILHO
JOSÉ MIGUEL SARDICA
JOSÉ TOMAZ CASTELLO BRANCO
LORRAINE MADWAY
MARCÓ CARVALHO GONÇALVES
MARGARIDA SEIXAS
MARIA JOÃO RODRIGUES DE
ARAÚJO
MÁRIO GODINHO DE MATOS
MÍRIAM AFONSO BRIGAS

ORLANDO SAMÕES
OWEN REES
PEDRO CARIDADE DE FREITAS
RUI DE ALBUQUERQUE
RUI PEDRO NEVES
SEAN CUNNINGHAM
SILVÉRIO DA ROCHA-CUNHA
TERESA PINTO COELHO
THOMAS EARLE

INCLUI OS DISCURSOS DE:

S. Exa. o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante ANTÓNIO SILVA RIBEIRO,
S. Exa. o Senhor Embaixador do Reino Unido em Portugal, CHRISTOPHER SAINTY,
na sessão de encerramento da conferência interdisciplinar: "A Aliança Luso-Britânica: Balanço do Passado
e Perspetivas de Futuro" — 9 de julho de 2022



GESTLEGAL

650.º ANIVERSÁRIO DA
ALIANÇA LUSO-BRITÂNICA:
BALANÇO DO PASSADO
E PERSPÉTIVAS
DE FUTURO

*650TH ANNIVERSARY OF THE
ANGLO PORTUGUESE ALLIANCE:
TAKING STOCK OF THE PAST
AND ENVISIONING
THE FUTURE*



COLEÇÃO COLECTIVAS

**650.º ANIVERSÁRIO DA ALIANÇA
LUSO-BRITÂNICA: BALANÇO DO
PASSADO E PERSPETIVAS
DE FUTURO**

Coordenadores Científicos:

**ALEXANDRA M. RODRIGUES ARAÚJO
JOÃO SÉRGIO RIBEIRO
MARCO CARVALHO GONÇALVES
MÁRIO FERREIRA MONTE**

Autores:

AA. VV.

1.ª edição, dezembro 2023

Editor:

GESTLEGAL

Av. Fernão de Magalhães, n.º 136 – Piso 2

Edifício Azul – Salas U-T

3000-171 Coimbra

+351 239 053 838

editora@gestlegal.pt

www.gestlegal.pt

Design editorial: José Soler

ISBN e-book: 978-989-9136-42-7

DOI 10.54499/UIDB/05749/2020

Esta obra é financiada por fundos nacionais através da FCT
— Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do
Financiamento UID/05749/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são
da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

GESTLEGAL

650.º ANIVERSÁRIO DA ALIANÇA LUSO-BRITÂNICA: BALANÇO DO PASSADO E PERSPÉTIVAS DE FUTURO

Coordenadores Científicos:

ALEXANDRA M. RODRIGUES ARAÚJO

JOÃO SÉRGIO RIBEIRO

MARCO CARVALHO GONÇALVES

MÁRIO FERREIRA MONTE



WINSTON CHURCHILL E KARL POPPER SOBRE AS CULTURAS POLÍTICAS MARÍTIMAS E A EMERGÊNCIA DO OCIDENTE

Winston Churchill and Karl Popper on maritime political cultures and the emergence of the West

João Carlos Espada *

Esta comunicação insere-se na proposta apresentada pelo IEP-UCP (Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa) de dois painéis dedicados à especificidade das culturas políticas marítimas, assinalando os 650 anos da Aliança Anglo-Portuguesa. Nesta comunicação serão sobretudo abordados os pontos de vista de Winston Churchill e Karl Popper, com referência ainda a outros distintos historiadores e sociólogos do século XX.

Durante a II Guerra Mundial, Winston Churchill e Franklin D. Roosevelt evocaram a dimensão marítima da sua aliança contra os totalitarismos continentais — que associaram ao conflito entre Atenas marítima e Esparta continental no século V a.C. Churchill, em particular, sempre enfatizou a especificidade da cultura política marítima que associou aos povos de língua. Só isto permite explicar o seu tão persistente empenho em escrever os quatro volumes do seu *A History of the English-Speaking Peoples*, o último dos seus mais de 40 livros, que ele iniciou em 1932 e apenas conseguiu terminar e publicar em 1956.

* Director do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, e Presidente da International Churchill Society of Portugal — jespada@iep.lisboa.ucp.pt.

Churchill referiu inúmeras vezes este seu entendimento sobre a especificidade da cultura política marítima dos povos de língua inglesa. Talvez uma das mais expressivas tenha sido na sua mensagem radiofônica para os Estados-Unidos, em 8 de Agosto de 1939, apenas algumas semanas antes da trágica invasão da Polónia pelas tropas nazis, aliás imediatamente seguidas pela invasão das tropas soviéticas. Disse Churchill nesse memorável discurso:

É curioso como os povos de língua inglesa tiveram sempre este horror ao poder de um só homem. Eles estão dispostos a seguir um líder por um período de tempo, enquanto ele lhes presta serviço; mas a ideia de se entregarem de alma e coração a um homem, como se ele fosse um ídolo — isso foi sempre odioso para a natureza da nossa civilização. Os arquitectos da Constituição americana foram tão cuidadosos como aqueles que deram forma à Constituição britânica em garantir que toda a vida e destino, as leis e a liberdade da nação não ficariam nas mãos de um tirano. Freios e contrapesos no corpo político, larga devolução do governo do Estado, instrumentos e processos de debate livre, recurso frequente a princípios primeiros, o direito de oposição aos governos mais poderosos e, acima de tudo, vigilância incessante, tudo isso tem preservado, e continuará a preservar, as características gerais das instituições britânicas e americanas ¹.

Mas não é possível abordar o tema da influência marítima na cultura política ocidental sem prestar homenagem a um grande autor chamado Karl Popper. No seu exílio na Nova Zelândia, durante a II Guerra Mundial, Popper escreveu essa grande obra intitulada *A Sociedade Aberta e os seus Inimigos*. Apresentou-a como o seu “esforço de guerra” em defesa das democracias ocidentais, contra os dois totalitarismos rivais, o nacional-socialismo e o comunismo. O Livro foi publicado em 1945, ainda antes do final da II Guerra, e por muitos considerado como uma espécie de Bíblia das democracias ocidentais. Foi traduzido em literalmente todas as línguas do planeta, continuando ainda hoje a versão inglesa a esgotar-se e a ser reeditada.

¹ Citado em Martin Gilbert, *Churchill's Political Philosophy* (Oxford: Oxford University Press, 1981), 100.

Popper estabelece uma distinção fundamental entre sociedade aberta e sociedade fechada. Numa sociedade aberta, por contraste com uma sociedade fechada, existe liberdade de crítica e liberdade de examinar, rever ou conservar, normas legais e convenções sociais. Os indivíduos aceitam o fardo da liberdade e consequente responsabilidade de escolher. Esta abertura dá então lugar a um ambiente descentralizado de experimentação, de ensaio e erro, o qual, por sua vez, é propício à investigação filosófica e científica, à inovação tecnológica, ao comércio e ao livre empreendimento.

Karl Popper considera que a civilização ocidental é aquela que emerge da transição das velhas sociedades fechadas tribais para as novas sociedades abertas. Essa transição começou mais vincadamente na Grécia do século V a.C., o século da grande geração de Péricles, Tucídides, Heródoto e Sócrates. Para Popper, a Guerra do Peloponeso entre Atenas e Esparta exprimiu essencialmente o conflito entre uma sociedade aberta emergente, a democrática Atenas, e uma sociedade fechada, a Esparta colectivista. Considerou que a II Guerra Mundial foi uma reedição desse conflito, tendo o lugar de Atenas sido ocupado pelas democracias ocidentais e o lugar de Esparta pelo nacional-socialismo alemão e o comunismo soviético — cuja aliança de facto desencadeou o início da guerra e a dupla invasão da Polónia, em Setembro de 1939.

Mas o ponto que agora sobretudo nos interessa é o de saber qual foi, para Karl Popper, a origem da emergência da sociedade aberta em Atenas. E a resposta é verdadeiramente extraordinária para aqueles que apreciam a opção pelo Mar. Disse Karl Popper:

Talvez a mais poderosa causa do colapso da sociedade fechada tenha sido o desenvolvimento das comunicações marítimas e do comércio. O contacto estreito com outras tribos desafia o sentimento de necessidade com que as instituições tribais são percebidas; e a troca, a iniciativa comercial e a independência podem afirmar-se, mesmo numa sociedade em que o tribalismo ainda prevalece. Estes dois aspectos, a navegação e o comércio, tornaram-se as principais características do imperialismo ateniense, tal como se desenvolveu no século V a.C. [...] Tornou-se claro [para os inimigos da democracia em Atenas] que o comércio de Atenas, o seu comercialismo monetário, a sua política naval, e as suas tendências democráticas eram parte de um único movimento, e que era impossível derrotar a democracia sem ir às raízes do mal [do

ponto de vista dos inimigos da democracia] e destruir quer a política naval quer o império. Mas a política naval de Atenas estava baseada nos seus portos, especialmente o Pireu, o centro do comércio e o bastião do partido democrático; e, estrategicamente, nas muralhas que fortificavam Atenas e, mais tarde, nas Longas Muralhas que a ligavam aos portos de Pireu e Phalerum. Por esta razão, nós verificamos que, durante mais de um século, o império, a frota, o porto e as muralhas foram odiados pelos partidos oligárquicos de Atenas e foram considerados símbolos da democracia e fontes da sua força, que aqueles partidos queriam um dia destruir ².

Eis, numa breve passagem de entre muitas outras, a extraordinária proposta de Karl Popper: a sociedade aberta do Ocidente, apoiada no duplo pilar greco-romano e judaico-cristão, emerge das comunicações marítimas e do comércio de Atenas. A sua principal opositora, Esparta, é uma potência continental, fechada, colectivista, autoritária, centralizada, inimiga do comércio, da família e da propriedade privada, que vê no mar e na opção pelo mar a principal ameaça ao seu fechamento. Para Popper, esta oposição entre potências marítimas e potências continentais manter-se-ia até aos nossos dias. Em 1938-39, as principais potências continentais, a Alemanha nazi e a Rússia soviética, aliar-se-iam para tentar esmagar as democracias ocidentais. E estas foram defendidas pela aliança entre as duas grandes potências marítimas: a Inglaterra e os Estados Unidos da América.

Karl Popper não era, no entanto, um historiador, mas sim um filósofo. Deixou-nos páginas veementes em defesa das potências marítimas, sobretudo Atenas, Inglaterra e os Estados Unidos da América, mas nunca desenvolveu esse argumento com base em evidência histórica detalhada. O historiador que talvez mais tenha contribuído para evidenciar a relação entre a opção pelo mar e a democracia é Peter Padfield, autor de uma monumental trilogia sobre as potências marítimas.

Em *Maritime Supremacy and the Opening of the Western Mind* (1999), cujo título faz uma clara referência à ideia de Popper sobre

² Karl Popper, *The Open Societies and Its Enemies*, vol. I (Princeton: N. J., Princeton University Press, 1971, according to the fifth edition (revised), 1966. Original edition: London, Routledge & Kegan, Paul, 1945), 177-8.

a abertura intelectual, Padfield descreve a emergência da república holandesa como potência marítima e comercial no século XVII, bem como a sua gradual substituição pela Inglaterra no século XVIII. O Livro seguinte, intitulado *Maritime Power and the Struggle for Freedom* (2003), descreve o conflito entre a Inglaterra e as potências terrestres espanhola e francesa, com a ascendência britânica à supremacia naval no século XIX. O terceiro volume, *Maritime Dominion* (2008), prolonga a narrativa até ao século XX, com os Estados Unidos a sucederem à Inglaterra como potência marítima dominante, e a Alemanha e a Rússia a substituírem a Espanha e a França como potências continentais.

Ao longo desta imponente trilogia, o argumento de Padfield mantém-se. “A supremacia marítima é a chave que permite responder à maior parte das grandes questões da história moderna, certamente permite decifrar o *puzzle* de como e porquê nós — as democracias ocidentais — somos como somos”. Isto deve-se, explica o autor, a que nos tempos modernos as potências marítimas sempre prevaleceram sobre os seus inimigos continentais, fazendo assim com que os sistemas de valores marítimos tenham prevalecido sobre os continentais.

Mas quais são os sistemas de valores marítimos? Retomando o argumento de Karl Popper, Peter Padfield sustenta que são valores de liberdade, comércio livre, livre empreendimento, Estado de Direito e governo representativo ou democrático, que responde a um parlamento eleito livremente.

A limitação do poder executivo parece ser a característica definidora do poder dos mercadores no governo. [...] O receio de que o governante pudesse ser arrastado para aventuras desnecessárias cujos custos arruinariam o comércio e a probidade financeira levou os interesses dos comerciantes a limitar o poder dos governantes. [...] O que os mercadores das potências marítimas ocidentais usufruíam era a liberdade de investir onde quer que vissem uma oportunidade, [...] protegidos pela lei contra constrangimentos ou violência arbitrária, viessem estes de reis, ministros, barões ou populares ³.

³ Peter Padfield, *Maritime Power and the Struggle for Freedom* (London: John Murray, 2003), 3 e 21.

Esta combinação de “liberdade, tolerância e riqueza” tende a liberar o gênio humano, sustenta Padfield. Em contraste, as potências continentais tendem a valorizar a rigidez, o fechamento ao exterior e ao comércio, a organização estatal centralizada e o abafamento da sociedade civil. Neste sentido, argumenta Padfield, tanto a Revolução Francesa como o império Napoleônico foram fenômenos regressivos. A Inglaterra marítima e comercial, pelo contrário, representava o progresso e a liberdade. Diz Padfield sobre a Revolução Francesa de 1789:

Se houve uma transformação social que se reclamou dos textos do Iluminismo — ou até dos ideais britânicos do século XVIII — foi sem dúvida a Revolução Francesa de 1789. No entanto, três anos após o fim do Antigo Regime, emergiu a antítese de um Estado liberal: a centralização foi levada a novos extremos e as instituições das ditaduras do século XX — a polícia secreta e as delações dentro das famílias — foram experimentadas por antecipação; e de toda esta perturbação emergiu Napoleão, um típico chefe militar continental que quis dominar a Europa ⁴.

A explicação de Padfield para este paradoxo da Revolução Francesa — que ainda hoje apaixona os estudiosos do tema — é particularmente curiosa. Argumenta que os revolucionários franceses usavam a linguagem da liberdade inglesa e americana, mas entendiam essa mesma linguagem de forma completamente diferente. E, na origem dessa dissonância cognitiva, estaria a diferença entre uma tradição marítima e uma tradição continental. A França entendia a liberdade marítima de uma forma continental: onde a Inglaterra e a América viam limitação, separação e equilíbrio de poderes, os franceses viam a substituição do antigo absolutismo real por um novo absolutismo popular. Por outras palavras, a Revolução Francesa e, a seguir, o império de Napoleão, embora recorressem a uma linguagem importada de uma cultura marítima, acentuavam os mesmos atavismos centralizadores e arbitrários que tinham herdado de uma cultura continental, não marítima.

Procurei até aqui sugerir, recorrendo ao filósofo Karl Popper e ao historiador Peter Padfield, que existem diferenças profundas entre a visão do mundo das potências marítimas e a visão do mundo das

⁴ Padfield, *Maritime Power*, 28.

potências continentais. Os dois autores argumentaram mesmo que as nossas democracias ocidentais emergem da opção pelo mar.

Poderá agora ser retorquido que o argumento de Popper e Padfield não é inteiramente imparcial, uma vez que ambos defendem abertamente os valores que atribuem às potências marítimas. É uma objecção legítima. Mas creio que cai pela base quando observamos que um outro grande pensador — desta vez alemão, e com simpatias pelo nacional-socialismo — acabou por reconhecer, em 1942, a força imbatível das potências marítimas e a sua associação com o comércio livre e o livre empreendimento. Trata-se de Carl Schmitt, um dos teóricos iniciais do Estado nacional-socialista que, a partir de 1937, se afastou gradualmente do regime nazi. Em 1942, publica um pequeno Livro intitulado *Terra e Mar: Breve Reflexão sobre a História Universal*, que foi traduzido entre nós com um excelente prefácio de Viriato Soromenho Marques. Neste prefácio, Soromenho Marques considera que o Livro “anuncia a própria inevitabilidade da derrota da Alemanha, em confronto com as duas maiores potências marítimas do mundo de então, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos”⁵. Esta derrota inevitável parecia dever-se à vantagem inerente às potências marítimas, às quais Carl Schmitt atribui a primeira grande revolução espacial planetária na história da humanidade:

Elas [a primeira grande revolução espacial planetária] ocorre nos séculos XVI e XVII, na era da descoberta da América e da primeira circum-navegação da terra. Agora surge, no sentido mais ousado do termo, um novo mundo, e toda a consciência, primeiro dos povos da Europa ocidental e central, depois de toda a humanidade, é alterada desde o seu fundo. É a primeira autêntica revolução espacial no sentido pleno do termo, abrangente da terra e do mundo. Ela não é comparável com nenhuma outra⁶.

Schmitt considera que esta grande revolução espacial e planetária se deveu à Holanda e à Inglaterra, mencionando Portugal apenas de

⁵ Viriato Soromenho Marques, “Uma geopolítica da História,” in prefácio a Carl Schmitt, *Terra e Mar: Breve Reflexão sobre a História Universal* (Lisboa: Esfera do Caos, 2008), 16. (ed. or.: 1942).

⁶ Schmitt, *Terra e Mar*, 65.

passagem. Mas é óbvio que ele não tinha feito o trabalho de casa até ao fim. Como observou o famoso professor de Harvard, Samuel Huntington, quando visitou Portugal em 1997,

Há quinhentos anos, um pequeno grupo de líderes e pensadores portugueses — incluindo o Infante D. Henrique, o Navegador, o rei D. João II, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, para citar apenas alguns — agindo com coragem, determinação e imaginação, inaugurou uma nova fase da história da humanidade: a era das Descobertas. Deram o exemplo a Espanha, França, Reino Unido e Holanda ⁷.

Também Daniel Boorstin, o célebre historiador que dirigiu a Biblioteca do Congresso em Washington, prestou devida homenagem ao papel dos Portugueses na abertura de um novo mundo: “A nova era marítima [iniciada pelos Portugueses] levou o comércio e a civilização da costa de um corpo finito, o Mediterrâneo fechado, o «mar-no-meio-da-terra», para a costa do Atlântico aberto e dos oceanos sem fronteiras no Mundo” ⁸.

Finalmente, também um outro famoso professor de Harvard, David S. Landes, acentua a originalidade das explorações portuguesas, na sua obra magistral *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que algumas são tão ricas e outras tão pobres*:

A estratégia portuguesa, o conhecimento através da experiência, tinha lógica. Cada viagem era baseada nas antecedentes; a cada viagem iam um pouco mais longe; anotavam a latitude atingida, alteravam os mapas e cartas de marear e por onde passavam deixavam padrões para assinalar a sua presença. [...] A decisão de navegar para Oeste, quase até à costa da América do Sul, antes de rumar para Leste, foi a mais inventiva e audaciosa de todas, demonstrando a alta confiança dos Portugueses na sua própria habilidade de encontrar sempre um caminho. (Em comparação, a viagem de Colombo foi um passeio). [...] Esses inquéritos sistemáticos remontavam em Portugal, pelo menos, a 1425, começando com a exploração das Canárias. [...] O contraste com Espanha é acentuado.

⁷ Samuel Huntington, “The Future of the Third Wave,” in *The Democratic Invention*, ed. Marc F. Plattner and João Carlos Espada (Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2000), 3.

⁸ Daniel Boorstin, *Os Descobridores* (Lisboa: Gradiva, 1998), 153.

Os Espanhóis só vieram a adoptar essa abordagem metódica no último quartel do século XVI ⁹.

Procurei nestas breves palavras sugerir que existe uma dimensão política fundamental na opção pelo mar. O poder do Estado no Mar — essa feliz tradução do Almirante Vieira Matias para a consagrada expressão de Mahan, *Seapower* — pode realmente ter estado na origem da nossa civilização ocidental tal como a conhecemos: livre, tolerante, empreendedora, limitadora do poder arbitrário dos governantes, bem como do poder de todas as vanguardas, revolucionárias ou contra-revolucionárias, que querem impor aos indivíduos, às famílias, às empresas, às igrejas e outras instituições descentralizadas da sociedade civil os seus planos centralizados e os seus impostos desmesurados. Esta civilização da liberdade e responsabilidade pessoal está indissociavelmente ligada à opção pelo mar.

Portugal tem aqui um lugar central. Lançou essa grande revolução espacial planetária com os seus Descobrimentos através do mar aberto. Fundou a mais antiga aliança do mundo com essa outra potência marítima que é a Inglaterra. Fundou essa outra grande aliança marítima, a Aliança Atlântica. E o país é ainda hoje interlocutor privilegiado duma vasta aliança com povos do Atlântico Sul, os povos de língua portuguesa.

Existem por isso razões acrescidas para não esquecermos a dimensão marítima de Portugal. Em 1694, Lord Halifax dizia que “o primeiro artigo do credo político de um inglês é que tem de acreditar no mar”. Esse foi sempre também, e deve continuar a ser, o primeiro artigo do credo político de um português.

BIBLIOGRAFIA

- Boorstin, Daniel. *Os Descobridores*. Lisboa: Gradiva, 1998.
 Gilbert, Martin. *Churchill's Political Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1981.
 Huntington, Samuel. “The Future of the Third Wave.” In *The Democratic Invention*. Edited by Marc F. Plattner and João Carlos Espada. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2000.

⁹ David S. Landes, *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres* (Lisboa: Gradiva, 2001) (ed. or.: Norton, 1998).

- Landes, David S. *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres*. Lisboa: Gradiva, 2001 (ed. or.: Norton, 1998).
- Marques, Viriato Soromenho. “Uma geopolítica da História, prefácio a Carl Schmitt.” In *Terra e Mar: Breve Reflexão sobre a História Universal*. Lisboa: Esfera do Caos, 2008, 16. (ed. or.: 1942).
- Padfield, Peter. *Maritime Power and the Struggle for Freedom*. London: John Murray, 2003.
- Popper, Karl. *The Open Societies and Its Enemies. vol. I*. Princeton: N. J., Princeton University Press, 1971, according to the fifth edition (revised), 1966. Original edition: London, Routledge & Kegan, Paul, 1945.